



# PERFIL

## Revista Varau

*Boa tarde prof. Haroldo, gostaríamos de começar nossa entrevista com uma questão atual, e que o senhor já comentou em um artigo recente, sobre a crise das cidades brasileiras. Como o senhor analisa a situação?*

Haroldo Pinheiro

Bem, como comentei na conversa que tivemos há poucos dias (aula magna da FAU-UCB), o Brasil no século XX passou por um processo de urbanização muito acelerado e desordenado. Enquanto o mundo chegou ao final do século XX, início do século XXI com a população em torno de 50% urbanizada, vivendo em áreas urbanas, no Brasil nós chegamos com mais de 80%, cerca de 82%. E hoje já estamos beirando os 85% da população brasileira em cidades. E isso foi feito sem planejamento, muitas cidades foram criadas, muitos municípios foram reconhecidos. Hoje nós temos 5.570 municípios, talvez até mais, não sei se nos últimos dias algum a mais foi criado. E naturalmente sem planejamento! Tirando alguns episódios importantes ocorridos

ENTREVISTA HAROLDO PINHEIRO | PRESIDENTE DO CAU BR  
Carla Freitas | Professora do CAU UCB

em algumas grandes cidades, no geral as cidades foram crescendo de modo, digamos assim, incremental.

O estatuto das cidades veio para tentar dar um pouco de ordem neste processo a partir da constituição de 1988. Até então, todas as constituições brasileiras não tinham nenhuma preocupação com a política urbana do país. Para termos uma ideia, a palavra “urbano” só aparecia nas constituições anteriores quando se falava no imposto predial e territorial urbano, fora isso mais nada.

A constituição de 1988 gerou um capítulo dedicado à política urbana, e o estatuto das cidades veio para regulamentar esse capítulo. A discussão foi iniciada em 1989, mas só em 2001, se não me falha a memória, finalmente foi aprovado no congresso alguns instrumentos para tratar, ou melhor, para possibilitar a reorganização das cidades, entre os quais o IPTU progressivo.

Porque o que tem acontecido nas nossas cidades? O poder público, a partir dos recursos que arrecada com o nosso dinheiro, com os impostos que nós pagamos, urbaniza uma área, colocando rede de esgoto, iluminação, comunicação, água etc.

E o que acontecia: o proprietário deixava aquele terreno ali como se fosse um gado no pasto, engordando, valorizando dia a dia, até chegar um momento que aquilo passaria a ter um valor formidável! Então o IPTU progressivo serve justamente para isso, se está numa área que nós já gasta-

mos dinheiro, já urbanizamos, e o terreno não está cumprindo sua função social, se eleva progressivamente o IPTU para forçar o proprietário a colocar aquilo no mercado, e construir para pagar um IPTU menor. Estou aqui citando um exemplo, uma das ferramentas que existe no estatuto das cidades.

Infelizmente estes instrumentos não tem sido utilizados. Eu entendo que a administração pública brasileira hoje está num processo de autofagia, onde cada cargo público serve de degrau para o próximo cargo público. Todos discutem política, ninguém discute a organização do território, o planejamento das cidades, a ocupação do território brasileiro e a construção das cidades, daí prossegue-se da mesma maneira. Em alguns momentos inclusive de modo acentuado por determinadas políticas de governo, como por exemplo o programa Minha Casa Minha Vida. É um programa muito importante e interessante. Nunca nós tivemos tantos recursos voltados para a habitação para a pobreza, ou o urbanismo para a pobreza. Só que estes recursos estão sendo mal utilizados. Se entrega ao empreiteiro a responsabilidade de adquirir um terreno e naquele terreno implantar mil, duas mil casas!

Quer dizer, não constroem, não se utiliza estes recursos vultosos para melhorar as cidades, se utiliza para criar novos problemas para as cidades. E isso porque? A lógica do empreiteiro é adquirir um terreno em um local mais barato, normalmente ermo, que não tem ainda estrada chegando por lá, não tem luz, não tem

nada. Cria lá um assentamento, com milhares de residências, milhares de pessoas, uma pequena “cidade” só com casas, sem serviços e sem se preocupar com o acesso, a mobilidade, o abastecimento de luz, de telefonia, de água, de esgoto, ou seja, depois nós temos que pagar isso de novo. E vamos levar para aquela “cidade” serviços; coleta de lixo, escolas, hospital, enfim!

Enquanto em um outro local, nós temos áreas urbanas que necessitariam destes recursos, necessitariam ser revitalizadas ou mesmo utilizados terrenos que já existem, mas que são mais caros. Então há uma lógica meio cretina neste processo, porque de um lado as cidades se degradam, e de outro nós gastamos muito dinheiro para criar novos problemas para a cidade e isso é progressivo. Se você associa a isso os recursos que os governos, nas suas três esferas, tem oferecido para estes grandes eventos internacionais, Olimpíadas Pan-Americanas que aconteceram no Rio de Janeiro, a Copa do Mundo, as Olimpíadas agora no próximo ano, então se observa que há um volume tal de recursos dirigidos para a cidade e que sempre o discurso é esse: “nós vamos trazer este grande evento para agilizar e deste evento retiraremos recursos que antecipamos para melhorar as cidades, então isso é uma herança da Copa, das Olimpíadas...” E que na verdade não é, e por quê? Essencialmente pela falta de uma política de Estado, não uma política de governo, mas uma política para ocupação do território e para a construção das cidades.

É esse o diagnóstico que nós fazemos.

## Revista Varau

*Existe hoje a ideia de uma nova agenda para as cidades, quais seriam as suas visões de futuro a frente do CAU para esta construção de uma nova política para o desenvolvimento das cidades brasileiras?*

Haroldo Pinheiro

Como se construir uma política de Estado para tratar desta matéria? Podemos iniciar por questões absolutamente simples. Primeiro, não licitar uma obra sem projeto. A única maneira de você ter certeza de que o recurso vai ser bem aplicado é poder antecipar as dificuldades e os benefícios que um projeto vai oferecer. Você faz um modelo, você projeta, detalha, especifica, enfrentando todos os problemas que aquilo trará. Por exemplo, se é um bairro, o que aquilo necessita que depois de implantado precisaremos investir para que vá funcionar bem. Se é um edifício como é que vai se relacionar com a cidade pré-existente, que contribuição vai dar ou que espaço público vai criar.

A licitação de projetos para as obras públicas a partir de um concurso, quer dizer a escolha por um critério de qualidade é uma outra alternativa simples, e que é utilizada por vários países do mundo por recomendação da UNESCO. O Brasil é signatário deste documento da década de 70 que recomendava aos países membros a licitação pela modalidade de concurso

para a contratação de projetos de obras públicas. E isso porque tinha basicamente dois objetivos, primeiro o desenvolvimento científico e tecnológico, a partir da promoção da discussão da busca de soluções de qualidade para um determinado problema; um edifício de escritórios, um aeroporto, um ajuntamento de habitações, um hospital, seja o que for! Mas a proposta era para ser escolhida por critério de qualidade, considerando o entorno, e essa coisa toda que a gente defende. E como um subproduto, democratizar o acesso ao trabalho de qualidade, e é daí que vão surgindo e se revelando novos talentos, novas equipes. E cada vez mais os trabalhos são multidisciplinares. Então é o que tem faltado ao Brasil? Nós temos gasto muito dinheiro, as cidades não estão se beneficiando disso, pelo contrário, se criam novos problemas. Então o que é necessário é se investir no planejamento, no planejamento urbano, no planejamento dos edifícios. Cada edifício que nós fazemos altera a cidade, a composição da cidade. Nós não construímos edifícios isolados, nós construímos cidades. Temos que considerar o que está no entorno, que impacto o tecido urbano vai sofrer, que contribuição aquela edificação vai trazer. Temos que entender isso. Nós, arquitetos, estudamos bastante para isso, mas o gestor público tem que entender também que há uma ciência, há um conhecimento na gestão dos espaços, dos assentamentos humanos que precisa ser utilizado. E deixar de se decidir a reorganização da cidade, as soluções para problemas tão graves com soluções tão simplistas e nor-

malmente erradas.

## Revista Varau

*Temos aí uma nova agenda para as cidades, com uma mudança de posicionamento e uma mudança de visão do gestor público para entender que existe sim uma ciência para a construção de cidades. Daí admitimos também que chegamos à falência da prática política hoje, e as cidades sofrem este reflexo e acabam desurbanizadas ao invés de urbanizadas. Estamos indo contra o bem estar social. Como o senhor acha que podemos nos posicionar dentro da profissão para alterar esta realidade ou inverter esta lógica que acaba sendo muito cruel e prejudica muito a qualidade de vida nas cidades? É possível? Temos solução? Como podemos chamar atenção dos profissionais de arquitetura e urbanismo para esta nova agenda?*

## Haroldo Pinheiro

Do ponto de vista da administração pública, nós temos procurado contribuir, assessorar os nossos legisladores no Congresso Nacional, nas Câmaras e Assembleias Legislativas levando a nossa anuência, ou a nossa discordância, e o nosso reforço. Participando das discussões deste “cipoal” de leis que nós temos aí a disposição. Recentemente tivemos uma discussão muito dura no Congresso Nacional, no Senado Federal, sobre o regime diferenciado de contratação que foi como o próprio nome diz, foi criado para uma situação diferen-

ciada que o governo pretendia universalizar para qualquer situação de qualquer obra pública em qualquer das esferas de governo. Nós, mais uma vez, fomos ao congresso, emitimos manifestos, documentos e chamamos a atenção para o tipo de benefício que este procedimento traria, e que não seria o benefício público, das cidades e beneficiaria a muito poucos.

Conseguimos, acho que fizemos um bom trabalho. O governo percebeu, não forçou muito e a coisa foi ficando para lá. Mas agora vamos prosseguir na discussão da lei de licitações e ao que parece se pretende voltar com a ideia da contratação integrada. Entregar para o empreiteiro a responsabilidade para fazer o projeto e a execução da obra, é óbvio que isso não vai dar certo. Como já ficou mais do que demonstrado nas obras da Copa. Nestes episódios que temos assistido com enorme tristeza que envolvem a Petrobras, empresas públicas, órgãos públicos. E onde se puser a mão se perceberá que acontece a mesma coisa, isso não é um caso isolado. Onde se puser os olhos, vão descobrir situações similares de obras que são contratadas sem projeto e que naturalmente entram pelo descaminho e dificilmente saem do outro lado com preço razoável e qualidade aceitável. Então vamos prosseguir nesta discussão. Acho que alguns gestores estão percebendo que o prejuízo está vindo também para cima deles, envolvendo aí questões de honestidade e pode ser que a gente consiga eliminar isso que começou em 1993, com a aprovação da lei de licitações, a lei 8.666, onde foi

criada a figura do projeto básico e que tem sido muito mal interpretado até hoje, só piorou e não trouxe nenhum benefício. De lá para cá, cada vez mais as obras públicas invariavelmente terminam por um preço muito maior do que o planejado e com a qualidade muito inferior à esperada. Então, de um lado nós temos que trabalhar assessorando, discutindo, como fazem outras profissões nos assuntos em que elas dominam o conhecimento, como a Medicina, o Direito. E os advogados fazem isso muito bem.

E por outro lado é trabalhar com o aperfeiçoamento da nossa prática profissional. Podemos falar do ensino de arquitetura, podemos conversar sobre alguns cacoetes que foram sendo agregados a nossa prática profissional e que precisam ser rediscutidos. Por exemplo, a aprovação de projetos. Em raros países do mundo se aprova projeto como se aprova no Brasil. É quase um exame de ordem que se presta a cada projeto que o arquiteto realiza.

Explico, quando vou aprovar um projeto de um hospital ou uma residência, eu faço os desenhos esquemáticos, desenhos base, bem esquemáticos e dou entrada na prefeitura para demonstrar que eu sei fazer um projeto de arquitetura. Isso o Ministério da Educação já disse, e no meu caso a 40 anos quase, quando me diplomou. Mas até hoje todo o projeto que eu faço tenho que entregar na prefeitura para eles verificarem se eu sei fazer o projeto, se eu sei calcular uma escada pela fórmula de Blondel, se eu sei colocar um guarda-corpo ou corrimão na altura

adequada, se eu dimensiono as janelas de um modo adequado para iluminar e ventilar. Eles vão conferir isso tudo de novo, muitas vezes um colega, um arquiteto, ou pior ainda, um técnico, ou um profissional de outra área do conhecimento, a partir de manuais, ver se o que eu estou fazendo está adequado. Isso tem um lado muito ruim. A prefeitura traz pra ela uma responsabilidade que não é dela, é minha. Se faço um projeto com algum erro, quem tem que responder sou eu, não é a prefeitura. E eu deixo de responder, porque digo, eu fiz como a prefeitura mandou. Tenho enfrentado problemas deste tipo com projetos hospitalares, por exemplo. E o Lelé enfrentou muito, quer dizer um profissional como ele, que nesta área de arquitetura de sistemas de saúde, poucos tem o conhecimento teórico e prático que ele tinha, precisar ir discutir com pessoas que conheciam muito menos do que ele. Gerando uma despesa, um acréscimo no custo do projeto, e uma demora na construção do empreendimento terrível! Prejudicando, no caso de um hospital, pacientes! Ora, por que? Não, mas nós temos que fazer isso para garantir o cumprimento da lei, das normas, para não prejudicar as cidades. Bom, mas se for por isso, por que não fazem a mesma verificação do projeto de cálculo estrutural, para ver se o cálculo está certo, com as ferragens em bitolas corretas, os recobrimentos adequados, se a malha de ferragem, o conjunto de ferragem permite que a brita, que o concreto entre na forma? Ninguém confere isso, pois é responsabilidade do calculista. Se houver um problema e o

prédio desabar, se abre um processo para se verificar se foi um erro do calculista ou um erro do construtor. Mas nem por isso vão ficar vendo cada projeto se está direitinho, de acordo com a norma da ABNT x, y ou z. A mesma coisa com um projeto de eletricidade, se está utilizando o dimensionamento correto na fiação. Ninguém confere. Isso é responsabilidade do arquiteto ou do engenheiro que fez o projeto de eletricidade.

## Revista Varau

*Isso é um dos motivos de encarecimento dos projetos, não?*

Haroldo Pinheiro

Não só encarecendo como gerando corrupção! Existem escritórios nas grandes cidades brasileiras dedicados somente à aprovação de projeto. Se você me entrega o seu projeto, eu faço um projeto aqui, aprovo e depois você executa seu projeto, muitas vezes diferente do que está aprovado. Gera corrupção, toda dificuldade levada a este nível gera corrupção. E prejudica a evolução, porque começa a dificultar a criatividade do arquiteto para trazer soluções novas para problemas novos. A sociedade está evoluindo, assim como os costumes. E o fundamental, no meu entendimento, é que a prefeitura deveria receber um projeto em disquete, um arquivo, que ela guarda e só verifica os afastamentos, a ocupação, a taxa de ocupação, o gabarito, que é o que interessa para o contexto urbano, para a passagem de redes públicas, essa coisa toda. Agora,

internamente, se o sujeito sabe fazer um degrau de escada! Isso é de um ridículo atroz. Então precisamos rever. Em diversos países, você entrega o projeto, e o projeto é guardado. Hoje em dia nem precisa mais fazer isso porque os conselhos podem fazer isso inclusive. E nós estamos desenvolvendo o que chamamos de Projeto Ethos, onde vamos guardar a memória de nossa produção arquitetônica. E se houver algum problema um dia, o arquiteto deve ser chamando. A responsabilidade do arquiteto aumenta. E não beneficia o mau arquiteto ou o trambiqueiro, beneficia o arquiteto responsável que vai ser mais valorizado. Opa, vou contratar um arquiteto que não me traga problemas depois. Estou apenas citando um exemplo, dos muitos que nós temos que enfrentar para nossa prática cotidiana para reverter essa irresponsabilidade para onde foi remetida à nossa profissão.

## Revista Varau

*O senhor acha que o CAU já consegue hoje, por exemplo, ter alguma gestão junto às prefeituras e aos estados, no sentido de questionar justamente este excesso de normas nas prefeituras e, no caso de Brasília, nas administrações, que acabam favorecendo a ilegalidade, o desinteresse de quem vai construir e precisa que seu projeto seja aprovado, e consequentemente a pessoa larga de banda já que é tão complicado aprovar? E o que pode ser feito neste sentido de tentar reverter isso identificando a prática que prejudica a nossa boa atuação? Como*

*começamos? E como os profissionais e estudantes podem contribuir nesta discussão de que vamos começar a modificar aí para depois modificar uma prática maior? como o CAU vê a questão?*

Haroldo Pinheiro

Sim, o CAU tem atuado neste sentido. Olha, pela primeira vez a nossa profissão tem uma organização nacional, com recursos bem distribuídos, inclusive nos estados menores. Estes estados recebem uma contribuição a mais de um fundo solidário que nós temos, para que todos tenham recursos suficientes para ter uma equipe técnica, jurídica e administrativa adequada, para que os arquitetos possam trabalhar com a mesma qualidade, e nas mesmas condições no país inteiro. Investimos violentamente no que há de mais contemporâneo em termos de informação, comunicação, inteligência geográfica. Investimos muito nisso! Coletamos muitos dados, já colocamos no sistema e prosseguiremos colocando pela alimentação cotidiana. Cada projeto que um colega nosso faz, por exemplo, em Santa Rita do Sapucaí, já entra geo-referenciado, ou um projeto de shopping center que está sendo construído em tal lugar, enfim, nós diariamente estamos construindo uma memória da nossa produção arquitetônica e georreferenciado, situando no território.

E nós temos ido conversar com as prefeituras para propor uma atuação conjunta na fiscalização já que há um sombrea-

mento entre a fiscalização que nós fazemos sobre a prática profissional e a que a prefeitura faz. Inclusive nesta área de aprovação de projetos, quer dizer o arquiteto tem a obrigação de conhecer as normas, as regras edilícias, como qualquer profissional tem que conhecer. O advogado tem que conhecer as normas da profissão dele, o médico também. Há sempre uma margem de trabalho para qualquer uma destas áreas de conhecimento para se criar, e digamos assim, transgredir com segurança, e testar e avançar nas pesquisas atendendo aos princípios éticos que envolvem cada área do conhecimento humano. Mas, enfim, no nosso caso junto às prefeituras, há um sombreamento, por exemplo, uma construção para ser iniciada tem que ter um projeto, um alvará de construção. E depois de feita a baixa no projeto, um habite-se, há um processo aí, e isso começa com o registro de responsabilidade técnica, no caso do arquiteto. Ele vai dar entrada no projeto, entra com o registro de responsabilidade técnica, dizendo: este projeto foi feito por mim e eu sei fazer arquitetura, sou habilitado e a responsabilidade é minha. Então essa responsabilidade deve ficar com o arquiteto; se ele burlar essa responsabilidade ou estiver descumprindo as responsabilidades utilizando de artifícios pós habite-se, como se faz hoje em dia (há esses neologismos), ele tem que ser denunciado ao conselho. E o conselho tem que tratá-lo a partir do código de ética e disciplina do conselho. Suspende, caça o registro, faz o que tiver que fazer. Mas tem que limpar a profissão, o exercício tem que ser lim-

po. Por outro lado, ao final da construção, quando vai se tirar o habite-se, ninguém pergunta para o arquiteto, se tinha aquele documento inicial, como tem dizendo que ele é o responsável pelo projeto, ninguém pergunta no final se a obra foi realizada conforme o projeto. Então, no final o que deveria ser necessário? O registro que ele assinou no início, ele deve assinar no final, dizendo; a obra foi realizada de acordo com meu projeto e com as minhas especificações. Caso ele assine dizendo que não foi feito de acordo com o projeto, ou não foi feito de acordo com a especificação, algum outro arquiteto vai ter que se responsabilizar por isso. Então quem foi que alterou? Foi o construtor? Mas com base em que? O autor do projeto autorizou? Se recusou a fazer? Qual foi o problema? Já é uma maneira de se ter o controle e manter as responsabilidades de cada um no seu devido lugar.

E por outro lado, na fiscalização da construção da cidade, toda obra quando vai iniciar precisa ter uma ligação provisória de água e de luz. Daí quando cruzamos os dados da prefeitura com os dados do conselho todos georeferenciados, temos que nesta coordenada vai iniciar a construção de um hotel. E o CAU sabe se ali tem o registro de responsabilidade técnica, por exemplo, de projeto e de construção. A prefeitura tem a informação se já concedeu a ligação provisória de água e de energia e nessa superposição de layers, naquele terreno tem todos estes dados, aquela obra está legalizada, está correta, foi aprovada o que tinha que ser aprovado. Se falta al-

gum destes documentos, se tem ligação de água, mas não tem o registro de responsabilidade técnica do autor do projeto, o projeto não foi aprovado, se não tem o registro de responsabilidade técnica do construtor, quem é que está construindo? É um pedreiro? É um mestre de obras? A ideia é construir um sistema de fiscalização eficiente e adequado para o século XXI, não adianta se fazer fiscalização como as prefeituras fazem, ou alguns conselhos fazem, de colocar um funcionário num carro circulando pela cidade para ver se tem uma obra começando, um monte de brita, uma caçamba. Não adianta, tem que se buscar um sistema mais contemporâneo mirando no futuro, que não está distante. Poder fazer isso numa sala de situação através de sensoriamento remoto, a partir de satélite. Hoje já se pode fazer com drones, assim que o ministério da aviação civil definir o uso urbano destes aparelhos. Mas o caminho é o satélite mesmo para que se possa ter controle sobre a evolução da cidade, se está sendo construída uma edificação numa área de nascente ou numa área com declividades acima da adequada, ou numa área de proteção. São vários layers, e nós estamos buscando as prefeituras, mostrando o nosso sistema que já está funcionando e temos iniciados alguns convênios de cooperação técnica com algumas prefeituras. Nós mostramos e se eles tem interesse no controle do crescimento das cidades e na legalidade da cidade eles se interessam. E aí passamos a trabalhar juntos e a desenvolver um procedimento mais inteligente e menos polícialesco. E distribuindo às

responsabilidades a cada um, agilizando os processos de aprovação, de aprovação de habite-se. E indo com mais agilidade, com mais certeza nas situações de ilegalidade, de construções em áreas indevidas ou sem responsabilidades. É utilizar o conhecimento científico e tecnológico que o conhecimento humano já oferece.

## Revista Varau

*Falando de todos estes cacoetes da profissão e desta atuação do conselho em termos de garantir uma maior agilidade para não irmos para a ilegalidade, a partir disso o senhor poderia nos falar também como vem sendo a relação com o ensino e o diálogo com o Ministério da Educação. Como seria essa nova formação frente a todas estas transformações que estão acontecendo muito rápido e que também são discussões recentes sobre a proposta de residência técnica para os recém formados em arquitetura, como isso se dará? Como isso se encaixa nesta nova formação para este profissional que tem desafios muito grandes em relação às nossas cidades?*

## Haroldo Pinheiro

Bem, sobre o ensino, a formação dos arquitetos e a formação continuada, vou dividir em duas partes a resposta. Vou falar primeiro de uma parte mais árida que é a relação como o Ministério da Educação, quem aprova as diretrizes curriculares e os novos cursos de arquitetura. E vocês conhecem melhor que eu. Nós temos bus-

cado nos aproximar do Ministério. Sabemos o que a legislação determina, que é ele quem decide estas questões todas e o que nós podemos é contribuir e auxiliá-lo a decidir com mais conhecimento. Como a lei que criou o nosso Conselho determinou que nós tivéssemos um cadastro das instituições de ensino de Arquitetura e Urbanismo, nós fizemos então o nosso trabalho. Hoje nós temos o cadastro de todas as instituições de ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil e da mesma maneira georreferenciados. Nós temos distribuídos pelo território nacional essas escolas, e, nesta contribuição para o Ministério no reconhecimento e autorização de cursos, entramos também com estas variáveis. Regiões que já tem muitos cursos de arquitetura com a mesma proposta ou regiões em que há necessidade de ter novos cursos. Hoje, já temos em torno de 400 escolas de arquitetura e urbanismo. Isso é muito? Nem é muito, nem é pouco, depende muito da distribuição pelo território e de suas propostas pedagógicas. Então, a partir destas informações que nós temos procuramos discipliná-las e oferecer ao Ministério para que ele possa considerar e deliberar como é da sua responsabilidade, com maior conhecimento possível. Assinamos agora em dezembro, inclusive, um termo de cooperação técnica muito positivo. Eu desconheço outros Conselhos que tenham uma aproximação por convergência, não estamos disputando espaço, cada um com suas atribuições e responsabilidades. E começamos agora também um trabalho com as instituições de ensino, por exemplo, a Universidade

Católica de Brasília, vou exemplificar para ficar mais fácil de compreender. A universidade forma uma turma e daqui a 5 anos o que será que aquela turma está fazendo? Onde estão trabalhando e em que? Estão dedicados à profissão? Ou viraram bancários, comerciantes? Tanto a movimentação técnica, quanto geográfica nós estamos montando, uma espécie de diáspora dos egressos. Então, por exemplo, um aluno que formou em 1980 na FAU USP em que locais ele está trabalhando e o que que ele está fazendo. Enfim, esse mapa da distribuição dos egressos pelo país. A área de influência de cada universidade e qualidade da arquitetura que seus egressos estão realizando. Nós estamos montando isso, já temos umas 15 universidades. Nós abrimos um edital, quem teve interesse se inscreveu e nós analisamos. Tem uns pré-requisitos mínimos de cumprimento de legislação. E já estamos trabalhando nisso, quer dizer mais do que disputar com o Ministério quem é que tem atribuições ou qualificação para dizer se precisa de mais ou menos escolas de arquitetura em determinados locais, é oferecer a nossa contribuição para o Ministério. E o Ministério com seus especialistas na área de pedagogia recebe aquilo e avalia de uma maneira muito melhor. E este é um trabalho institucional que nós estamos fazendo.

Bom, na parte melhor, que agrada mais a gente por estar mais perto do dia a dia, a União Internacional de Arquitetos recomenda 7 anos para a formação do arquiteto – 5 anos de formação acadêmica, e

mais 2 de formação prática. Essa é uma recomendação! A União Internacional dos Arquitetos é um órgão assessor da UNESCO, vários países adotam este procedimento e no Brasil, nós não temos isso ainda. Mas vamos procurar ter. Acho que já temos tantas leis, não adianta fazer mais uma lei. Vamos tentar fazer isso por convergência também, pelo bom entendimento.

Observe só, nós temos 5.570 municípios no Brasil, a grande maioria destas prefeituras municipais não tem arquitetos nos seus quadros. Inclusive, aquelas com mais de 20.000 habitantes que tem obrigação de ter um plano diretor e essa coisa toda de desenvolvimento urbano, e não tem arquiteto! Logo no início fizemos um senso, quando o nosso conselho foi criado, que foi respondido por quase 90.000 arquitetos pelo Brasil todo, dizendo o que faz, como faz, porque faz, quanto ganha, porque é ruim, porque é bom. E é impressionante o entusiasmo que a grande maioria dos arquitetos tem pela profissão e a aplicação à profissão que a grande maioria tem também. Pois bem, a gente percebeu que dois terços dos municípios brasileiros não tem arquitetos em seus quadros. Veja bem, nós trabalhamos com todos os municípios brasileiros, nós temos registro da atuação dos arquitetos nos 5.570 municípios brasileiros, mas 2/3 não tem profissionais residentes. Tudo bem, hoje em dia com as novas tecnologias você pode trabalhar longe, por exemplo, eu tenho meu escritório em Brasília, mas eu faço trabalhos no Norte ou no Sul, em qualquer lu-

“Existem escritórios nas grandes cidades brasileiras dedicados somente à aprovação de projeto. (...) Gera corrupção, toda dificuldade levada a este nível gera corrupção.”

HAROLDO PINHEIRO

gar. Mas há a necessidade de pelo menos as prefeituras terem um arquiteto para acompanhar bem o desenvolvimento da cidade, particularmente aquelas com mais de 20.000 habitantes que tem obrigação de ter um plano diretor. E não adianta ter um plano diretor se não tem quem saiba interpretá-lo e verificar se está sendo utilizado no tempo certo, na velocidade correta, nas decisões das Câmaras de Vereadores, e se estão invadindo ou não estas áreas. Então há essa necessidade, você vê que raramente uma prefeitura deixa de ter um advogado ou um contador, e por que? Porque existem legislações de responsabilidades fiscais que, enfim, eles se cuidam... Mas não se preocupam muito com o desenvolvimento urbano. Bom, vai se fazer uma lei? Não adianta! E vira essa coisa de lei que pega, lei que não pega.

Eu acho que temos que ir pela informação, quer dizer reunir as associações de municípios e demonstrar o seguinte: a Caixa Econômica Federal, o Ministérios das Cidades têm linhas de créditos a juros muito baratos ou a fundo perdido e que todo ano são perdidos, os recursos são perdidos. Retornam para a origem, para o tesouro porque não foram utilizados. E porque não foram utilizados, porque

invariavelmente as prefeituras não tem projetos técnicos, tem projetos políticos, tem projetos econômicos, mas não tem o projeto técnico. As vezes chega com um projeto feito assim num papel de pão, como se diz! E naturalmente os técnicos tanto da Caixa, quanto do Ministério não aprovam.

É um cálculo muito simples, se o prefeito de uma prefeitura contrata um arquiteto ganhando salário mínimo profissional que a lei recomenda, ele vai gastar com este arquiteto com tudo, décimo terceiro, férias e encargos, em torno de 100, 110 mil reais por ano. Mas tendo este arquiteto, a prefeitura vai ter a possibilidade de buscar milhões de reais e muitas vezes, como falei a fundo perdido, para construir escolas, quadras de esporte, creches, além da possibilidade de utilizar estes recursos de uma maneira melhor.

Você faz um modelo,  
você projeta, detalha,  
especifica, enfrentando  
todos os problemas que  
aquilo trará.

HAROLDO PINHEIRO